



Figura 6: Praça Manoel Mayrink.
Foto: Daniel Fernando Vicari Pires, março de 2009.



Figura 7: Quadra de esportes localizada à esquerda da Rua Edson Nogueira Gomes.
Foto: Daniel Fernando Vicari Pires, abril de 2009.

ANEXOS

ANEXO A - Localização do Município de Ponte Nova-MG de acordo com o sistema Lat/Long de coordenadas geográficas.



Figura 8:Localização do Município de Ponte Nova – MG de acordo com o sistema Lat/Long de coordenadas geográficas. Fonte: IBGE Cidades Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=315210>> acesso em 30/03/2009.

ANEXO B - Mapa de Bairros da Sede do Município de acordo com a Lei nº3242.

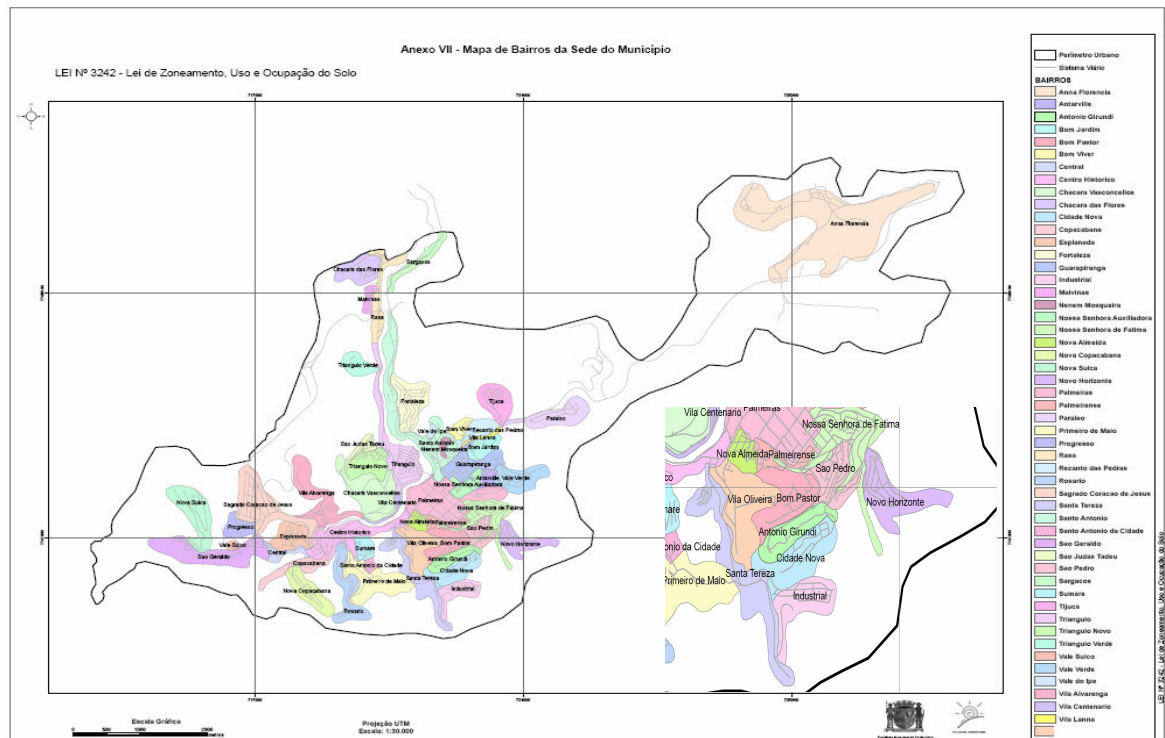


Figura 9: Mapa de Bairros da Sede do Município de acordo com a Lei nº3242 (Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo) com a área de estudo em destaque.

ANEXO C – Vista aérea da área de estudo



Figura 10: Vista aérea dos Bairros, Novo Horizonte, São Pedro, Cidade Nova e Industrial. Fonte: Google Earth, 14 jun. 2002.



Figura 11: Vista aérea do Bairro Novo Horizonte. Fonte: Google Earth, 14 jun. 2002.

ANEXO D - Lei Nº 1.176 - Altera a delimitação do perímetro urbano do Município de Ponte Nova, passando o Bairro Novo Horizonte de imóvel rural a urbano.

LEI Nº 1.176, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1979.

Modifica a linha perimétrica da cidade.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A área urbana da cidade de Ponte Nova passa a constituir-se segundo os seguintes limites: - Partindo-se da margem esquerda do Rio Piranga, 13,00 mts. acima da pequena ilha e abaixo do centro da ponte da Rasa 1.020 mts. em linha reta, segue-se por esta margem esquerda até a referida ponte; daí, atravessando esta ponte, segue-se em linha reta até o leito da ferrovia Ponte Nova-Caratinga, da E. F. Leopoldina; daí, segue-se esta ferrovia até o entroncamento da Rodovia Ponte Nova-Rio Doce; daí, segue-se esta rodovia até o lugar conhecido por “Volta da Bananeira”, em frente à porteira que entra para a propriedade de João Trivellato Filho; daí, segue-se mais ou menos 300,00 mts. a estrada que vai à residência deste Sr. João Trivellato Filho; daí, com uma deflexão à direita, segue-se em rumo reto, até alcançar o alto do espigão, divisor das terras de João Trivellato Filho e de Milton da Cruz Mosqueira; daí, segue-se este divisor de águas a esta confrontação, aos 760 mts., mais ou menos, passando as confrontações das terras João Trivellato Filho e de sucessores de Mário Martins de Freitas e, seguindo este mesmo espigão até alcançar a confrontação com terras de Luiz Soares Martins; daí, segue-se à cerca de arame que marca a confrontação das terras dos sucessores de Mário Martins de Freitas (imóvel Tijuca) e do mesmo Luiz Soares Martins, até o alto do espigão oposto, que delimita as terras do imóvel Tijuca com as da Fazenda Esperança de Olimpio Monteiro de Rezende; daí, segue-se este divisor, pelo qual mede-se 406,00 mts. aos 348,00 mts. passando a confrontação com terras de Milton da Cruz Mosqueira; daí, onde passa a confrontação das terras da fazenda Esperança com as do DER-MG, segue-se acompanhando cerca de arame, descendo até o córrego que vem da fazenda Esperança, daí, segue-se subindo este córrego, agora pelas confrontações de terras da fazenda Esperança com terras do imóvel Manso, pelo qual mede-se 345,00 mts. até o rumo de um valo à direita; daí, segue-se subindo este valo, pelo qual mede-se 1.317,00 mts., aos 297,00 mts. passando a confrontar com terras de Moacir Queiroz Carneiro; daí, onde passa a confrontação do Bairro Novo Horizonte com terras de Francisco Costa Carvalho, segue-se a confrontação deste bairro com terras de Francisco Costa Carvalho, depois terras de Manoel Vicari Martins, até pequeno córrego, já nas confrontações do Bairro de Fátima com terras de sucessores de Álvaro Soares Teixeira; daí, segue-se descendo este córrego, depois acompanhando a área da Prefeitura de Ponte Nova (flagelados) com terras de sucessores de Álvaro Soares Teixeira, depois, destes com o Bairro Bom Pastor, com área da Construbel e de Antonio Jared, até o ribeirão Vau-Açu; daí, segue-se descendo este ribeirão até em frente ao ponto onde a estrada conhecida por Arranca Rabo alcança a rodovia Ponte Nova-Viçosa; daí, confrontando a esquerda ainda com terras de sucessores de Álvaro Soares Teixeira, sobe-se esta estrada, tendo a área da Fábrica de Papel Ponte Nova S/A à direita, até pequeno lombo, daí, segue-se este lombo, depois o espigão, deixando a área da TELEMIG à direita, segue-se ainda nas confrontações com sucessores de Álvaro Soares Teixeira, até adiante 148,00 mts. da torre da TV; daí, deixando o espigão segue-se nas confrontações com terras de Silvio de Almeida Costa e sucessores de José Canuto Dutra até uma ponte no final da rua Copacabana; daí, segue-se o córrego da ponte até o rio Piranga; daí, saltando este rio para sua margem esquerda segue-se subindo-o, tendo à direita terras do Acabiara Clube Caça e Pesca, até alcançar terras de Antenor Campos; daí, em linha reta, sobe-se até o alto do espigão, aos 110,00 mts.,

cortando a ferrovia para Mariana; daí, onde alcança terras de Waldemar Cerqueira, segue-se um valo que assinala a confrontação das terras de Waldemar Cerqueira e de Antenor Campos, até alcançar a rodovia Ponte Nova-Belo Horizonte; daí, segue-se a frente, subindo para o alto do espigão, tendo a esquerda, pela ordem, terras de José Moreira Filho, de herdeiros de José Fernandes e do Dr. Marcos Serafim, e pela direita, também pela ordem, área de Hécio Totini, da AABB e do Bairro Pacheco até alcançar a estrada para Ranchos Novos; daí, segue-se esta estrada até um mata-burro ao lado da encruzilhada com a estrada que vai para a “Fazenda da Onça”, tendo à direita o Bairro Pacheco e à esquerda terras de Carlos Roberto e de Francisco Pompéia de Oliveira; daí, em rumo reto até o canto da cerca de arame que separa terras de Francisco Pompéia de Oliveira da área do aeroporto, pertencente ao Estado de Minas Gerais; daí, em linha reta, seguindo esta cerca, em meia encosta, até alcançar as confrontações de Francisco Pompéia de Oliveira com terras de Geraldo Lourenço Dias, no alto do espigão; daí, segue-se este divisor de água tendo a esquerda, pela ordem, terras de Francisco Pompéia de Oliveira, de Paulo Lourenço Dias, de Benjamim Constante de Oliveira, de Orlando Rangel de Oliveira, de José Batista e de Raimundo Eleutério, e pela direita, com terras de Geraldo Lourenço Dias e de Amaury Sena Brandão, até a rodovia Ponte Nova-Barra Longa; daí, continuando à frente, segue-se pelo alto do espigão nas confrontações de terras de Raimundo Eleutério, Pedro Virgílio, Cid Xavier Lana, e José Moreira Leite, à esquerda, e à direita com terras de Amaury Sena Brandão, Razense Futebol Clube, herdeiros de Emídio Guimarães e finalmente, José Moreira Leite, até o Rio Piranga, ponto de partida.

Art. 2º O perímetro urbano da Vila de Oratórios, no distrito do mesmo nome, está assim delimitado: - Partindo-se da ponte de madeira, sobre o ribeirão Oratórios, segue-se descendo este ribeirão, pelo qual mede-se 96,00 mts.; daí, segue-se a rodovia Ponte Nova-Oratórios, pela qual mede-se 284,00 mts. até um mataburro na entrada da vila, isto em confrontação com terras de João Trivellato Filho; daí, segue-se até ao alto de um espigão, acompanhando um valo desta confrontação; daí, segue-se ainda um valo no alto do espigão, continuando confrontando com terras de João Trivellato Filho, até alcançar terras de herdeiros de Alexandre de Castro, passando pelo muro dos fundos do cemitério; daí, seguindo ainda o valo, com a mesma confrontação, até alcançar terras de Antonio Luiz de Carvalho; daí, ainda acompanhando o valo e confrontação com terras de Antonio Luiz de Carvalho, até o ribeirão Oratórios; daí, segue-se descendo este ribeirão até o ponto de partida, na ponte.

Art. 3º O perímetro urbano da Vila de Vau-Açu, no distrito do mesmo nome, está assim delimitado: - Partindo-se da ponte sobre o ribeirão “da onça”, na rodovia Ponte Nova-Viçosa, segue-se esta rodovia numa extensão de 675,00 mts., a princípio pelas confrontações com terras de José Vicente de Godoi, depois com terras de Lélío dos Reis Correia; daí, seguindo um valo, ainda em confrontação com terras de Lélío dos Reis Correia; continuando por este valo até alcançar a antiga estrada para Guaraciaba, pelas confrontações com terras de José Alexandre Sales, de Major Willer Oliveira e de Mário Hermenegildo; daí, segue-se esta estrada no sentido de quem vai a Guaraciaba, pela qual mede-se 7,00 mts.; daí, segue-se até o ribeirão “da onça”; daí, segue-se descendo este ribeirão até a ponte da rodovia, ponto de partida, passando pelas confrontações de terras de herdeiros de Domingos Vieira e de herdeiros de Antonio Saraiva Sant’Anna e finalmente, com terras de José Vicente de Godoi.

Art. 4º Revogadas as disposições contrárias, entrará esta lei em vigor na data de sua publicação.

Ponte Nova, 26 de dezembro de 1979.

Antonio Bartolomeu
Prefeito Municipal

ANEXO E - Dirigente da Pastoral Operária visita Ponte Nova. **Folha de Ponte Nova**. Ponte Nova: ano I, nº28, 09 jul. 1989 (p.04).

Dirigente da Pastoral Operária visita PN

Integrante da Coordenação Nacional e Executiva Estadual da Pastoral Operária, Cleber Marcelino Oliveira esteve reunido na Paróquia de São Pedro, em 29/7, com os Padres José Antônio e Geraldo (Palmeiras e Triângulo), além de representantes do núcleo pontenovense daquela Pastoral, num encontro de análise do estado dos movimentos populares, sindicais e partidos de esquerda em nossa cidade. A presença de Oliveira serve para consolidar a P.O., a despeito da consideração do nível baixo de organização dos trabalhadores ur-

banos e rurais constatado por depoimentos.

A Pastoral foi sugerida a atuar sistematicamente na formação e organização sindical, exortando os movimentos à autonomia (principalmente associações) em relação a prefeitos e deputados) e no combate ao peleguismo. Ficou acertada a participação de pontenovenses em Encontro de Fé e Política, em BH, em 29 e 30/7, com presença do Frei Leonardo Boff. Dia 23/7, haverá Encontro de Trabalhadores Rurais, em Porto Firme.

ANEXO F - Associações de Bairro contra o Plano Verão. **Folha de Ponte Nova**. 29 jan. 1989, ano I n.06 p.05.

Associações de bairro contra o Plano Verão

Diretora da Conam - Confederação Nacional das Associações de Moradores -, a ponte-novense Elizabeth do Nascimento Mareus, participou de reunião da entidade, em Brasília, em 16 e 17/1, divulgando na volta, o documento da entidade, endereçado ao Presidente da República, repudiando o "Plano Verão". A direção da entidade externa sua preocupação com cortes em ministérios da área social. E cobra uma "política clara de enfrentamento dos problemas sociais com explicitação de competências, definição de recursos e a necessária participação popular na definição dessa política".

O documento comenta a questão habitacional no País, condenando a extinção do Banco Nacional da Habitação, propondo uma nova política de moradias com participação de organizações dos trabalhadores, a nível sindical comunitário e clasistas, visando minimizar a situação da população de baixa renda. A Conam protesta contra a manutenção da política de arrocho salarial, afirmando que "o ônus da crise deve ser arcado por parte daqueles que a criaram". A entidade define seu apoio às lutas pela recuperação das perdas salariais, como apoio à greve geral em data a ser marcada.

Para a Conam, as medidas do Plano Verão são limitadas e não atacam problemas estruturais da economia, qual sejam: dependência econômica frente ao capital externo e injusta concentração fundiária. E reivindica a imediata suspensão do pagamento da dívida externa e a realização da reforma agrária.

ANEXO G - Zoca o novo presidente da Associação São Pedro. **Folha de Ponte Nova**. 15 jan. 1989, ano I n.04 p. 05.

Zoca, o novo presidente da Associação São Pedro

A Chapa 3, encabeçada por José Jorge de Souza, o "Zoca", foi a vencedora das eleições para renovação da diretoria da Associação dos Moradores e Amigos do Bairro São Pedro para o biênio 89/91. Ele concorreu com cinco outros nomes que foram votados da seguinte forma: Márcio de Oliveira Leal, teve 149 votos, Ailton Ferreira Pires recebeu 158 votos, José Donato da Silva ficou com 68 votos, enquanto os irmãos Damásio e Jorge Tomaz dos Santos, tiveram votação idêntica: 23 votos.

A posse ainda não foi marcada e o novo presidente deve divulgar a curto prazo, as propostas de trabalho para a entidade. A apuração foi feita pelo ex-presidente Antônio Coelho e os técnicos do Escritório microrregional da Secretaria do Tra-

balho/Caps, João Batista Xavier e Edmo Cristóvam Silva. Foram registrados apenas 16 votos nulos entre as 619 cédulas recolhidas durante o dia na Escola Senador Miguel Lanna.

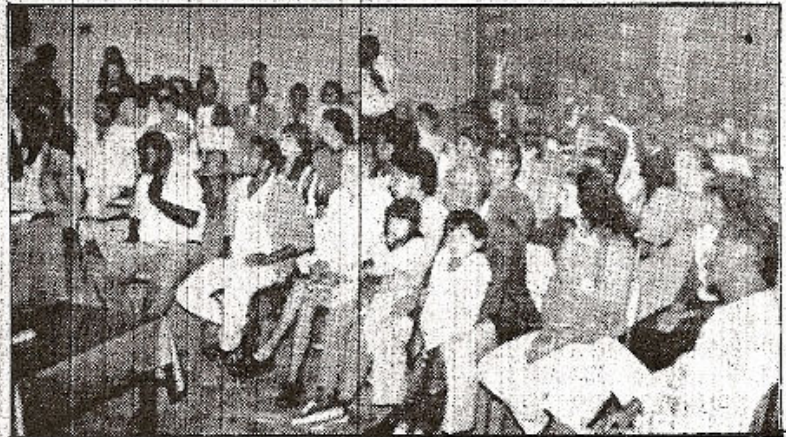
Um aspecto que marcou o pleito: o baixíssimo índice de votos nulos, nenhum voto branco, num bairro com boa parte da população analfabeta. Acontece que o processo eleitoral foi preparado para viabilizar o voto analfabeto, mediante divulgação de símbolos (bola, lâmpada, coração, estrela, pássaro e sol) para identificar cada chapa. Os observadores das eleições ressaltam também que enquanto o São Pedro teria fama por causa da violência urbana, todo o processo aconteceu sem incidentes, dispensando inclusive a presença de policiamento.

ANEXO H - Protesto contra prefeito e denúncias ao Plano Diretor. **Folha de Ponte Nova.**
Ponte Nova, 01 out. 1989, ano I n. 40.

Protesto contra Prefeito e denúncias ao Plano Diretor

Foi o primeiro protesto público contra o Prefeito Antônio Bartolomeu. Cerca de 150 pessoas, que lotaram o Salão Paroquial da Matriz de São Sebastião, na noite de 26/09, aplaudiram demoradamente o Padre Geraldo, da Paróquia do Triângulo, pouco depois dele declarar-se "indignado" com a ausência do Chefe do Executivo, naquela reunião, convocada com representações de todos os bairros e vilas para discutir a participação popular no Plano Diretor. Antes, durante um filme de 90 minutos, foi mostrada a dura e chocante realidade da periferia pontenovenense, em meio a algumas denúncias do Padre Cássio, da Paróquia de São Sebastião.

Ele diz, por exemplo, que, em 30/09, a Prefeitura deve encaminhar, para aprovação da Câmara, o ORÇAMENTO MUNICIPAL, que não teve participação da comunidade e não se sabe quais as prioridades para o próximo ano. Depois, a arquiteta Maria do Carmo Zinato Gonzaga, Encarregada do Plano Diretor, admitiu não saber a quantas andava o Orçamento Municipal. O Vice-Prefeito Edy Melo Casta-



Adultos e crianças foram à reunião de quase quatro horas

nheira dispôs-se a "exigir" do Prefeito, a discussão com a comunidade e aproveitou para fazer um balanço crítico da situação do município (veja em página seguinte).

Os problemas da maioria dos bairros foram realçados numa fita feita pelo advogado Luiz Raimundo de Oliveira, seguindo prioridades listadas por representantes de pastorais, CEBs, Associações Comunitárias, depois do encontro havido, em 18/09, com

o Prefeito. E destaca o crescente contraste entre o centro da cidade e a miséria da periferia. E, no fim da reunião, muita gente revoltada com a saída de Maria do Carmo, durante o encontro, dizendo-se "exausta": "Ora, nós viemos de todos os lugares para discutir o assunto e achamos que ela deveria respeitar nossa disposição em debater", revelava uma moradora da Rasa, distante 3 Km da cidade. Veja mais na página quatro.

ANEXO I - População denuncia problemas de Ponte Nova." Folha de Ponte Nova. Ponte Nova: out. 1989, ano I, n.40, p.5.

População denuncia problemas de PN

A reunião realizada, na noite de 26/09, no Salão Paroquial da Matriz de São Sebastião, constituiu um fato inédito na nossa cidade, nos últimos tempos. Depois de obter do Prefeito, alguns dias antes, sinal verde para "ampliarem" o Conselho Comunitário, para discussão do PLANO DIRETOR da cidade, quase duzentas pessoas foram relatar problemas de cada bairro, resultando num filme, sobre a situação da periferia pontenovense, com evidências de forma chocante. Mas, o Prefeito Bartolomeu não foi (estava viajando para Belo Horizonte), deixando insatisfeitas as pessoas que esperavam postura

concreta sobre as reivindicações.

A arquiteta Maria do Carmo Zinato Gonzaga bem que esclareceu, estar fazendo um "planejamento" diretor para a cidade, sem qualquer poder de decisão, e acrescentando que o Plano só entrará em discussão na Câmara, depois da aprovação da Lei Orgânica, prevista para fevereiro/90.

Mas diversas pessoas manifestavam-se "cansadas de esperar", aproveitando para cobrar postura mais radical, em relação aos problemas da cidade: "Queremos prioridade para saneamento básico, calçamento, água e luz e não projetos de



rio", instituído pela Prefeitura. Diversas pessoas protestaram, assinalando o fato do próprio Prefeito dar sinal-verde para ampliação do Conselho. Posteriormente, ela admitiu preferência pelo encontro com a comunidade. Diversas pessoas consentiram, para a FOLHA, a necessidade da "ampliação", uma vez que diversos Presidentes de Associações não têm representatividade de fato ou atuam conforme interesses políticos.

Já o Vice-Prefeito Edy Melo Castanheira disse concordar com as denúncias do filme. Dispostos a "exigir" de Bartolomeu a participação popular no orçamento. Reconhecendo a precariedade das creches da cidade, lamentou a falta de verbas e de recursos próprios: "no próximo mês, a Prefeitura não vai ter como pagar o funcionalismo", adiantou ele, pedindo "ajuda" da comunidade à Administração. Confirmou a necessidade de um projeto urgente de calçamento e rede de esgoto, reiterando "promessa de campanha" de calçar todas as ruas. Lembrando sua condição de Diretor de Bem Estar, manifestou-se "chocado" com a questão social, reconhecendo a importância e urgência da pressão popular.

O filme exibido resalta a miséria na Lixão da cidade, problemas crônicos na Vila Alvarenga, Vau-Açu, Primeiro de Maio, Rosário, Copacabana, Esplanada, Triângulo e Triângulo Novo, Rasa, Pontal, Passa-Tempo, Bairro de Fátima, Bairro São Pedro e Alto do Palmeirense. Além da carência de água, esgoto, habitação, lazer, assistência à saúde, aspectos de poluição, erosão e a gritante situação de 12 famílias, no antigo Grupo Escolar do Bairro de Fátima.

ajardinamento ou conservação de praças", comitava um representante do Pacheco. Ela considerou, ao final, que seu Projeto-Diretor será distribuído para a população antes de ir no Legislativo.

FILME MOSTRA PROBLEMAS

Antes, na narração do filme, o Pe. Cássio comentava que os partidos e os políticos preocupam-se, hoje, com a eleição presidencial, esquecendo-se do Plano Diretor e da Lei Orgânica e da luta pela participação popular, neste momento novo, dos municípios. O único Partido representado na reunião era o PT. E o Presidente do Diretório, José Alfredo Padovani, aproveitou o encerramento para concluir a todos para acompanhar as sessões da Câmara, na votação da Lei Orgânica, inclusive, utilizando a "Tribuna Livre". Protestou contra a ausência dos vereadores, que "não foram convidados", segundo a funcionária municipal, Carlota Colaço.

De sua parte, Maria do Carmo sublinhou que o Plano Diretor não pode ser visto como "salvador da pátria". Lembrou que aquela reunião da comunidade não representava o "Conselho Comunitá-

Comissão de Trânsito vê medidas de emergência

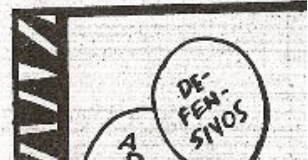
Com a presença da arquiteta Maria do Carmo Zinato Gonzaga, do Gerente da MinasCaixa, Irani Felipe Batista, dos engenheiros Antônio Damizete Resende, DER, e José Maurício, da Prefeitura, além do vereador Baltazar Antônio Chaves e dos Sargentos José Maria Filho e João José Santiago, realizou-se, em 20/09, a nova reunião da Comissão de Trânsito.

Em caráter de emergência, foram aprovadas medidas para facilitar o fluxo de carga pesada na cidade, enquanto permanecem fora de uso a "Ponte de Montevideo" e não se conclui o Anel Rodoviário. A medida abrange a instalação de placas

de estacionamento proibido no final da Av. Santa Cruz (para quem chega de BH), no BEMGE e no rotor do Hospital Arnaldo Gavazza. Todas, em locais de difícil manobra para carros maiores.

VILA OLIVEIRA

Anteriormente, Zinato esteve reunida com os moradores da Vila Oliveira, coletando sugestões, debatendo e registrando as reivindicações dos moradores. A medida faz parte dos "diagnósticos setoriais", que a arquiteta vem desenvolvendo, para embasamento da elaboração do Plano Diretor da cidade.



ANEXO J - Prefeito discute, com entidades, o Conselho Comunitário de PN. **Folha de Ponte Nova**. Ponte Nova: 04 jun. 1989, ano I, n.23.

Prefeito discute, com entidades, o Conselho Comunitário de PN



Representantes de dirigentes comunitários compareceram à reunião na Câmara

17 das 25 entidades comunitárias e de promoção e assistência social da cidade compareceram, em 24/5, na Câmara, para reunião inaugural das discussões sobre o Conselho de Desenvolvimento Comunitário, proposto pelo Prefeito Antônio Bartolomeu, desde seu programa de governo. O presidente da Câmara, José Silvério Felício da Cunha, apoiou a idéia defendida também pelo assessor especial, José de Souza Mota. Presentes,

ainda, a arquiteta Maria do Carrão Zinato Gonzaga, adiantando sua intenção de contar com o Conselho na elaboração do Plano Diretor do município.

Segundo o Prefeito, trata-se de iniciativa para formalizar a proposta de administração comunitária. O Conselho, já com estatuto distribuído entre as entidades, deve ter encontros mensais, com pauta definida pelo Chefe do Executivo. Essa disposição estatutária preocupa alguns dirigentes, que tencionam

ver, na nova entidade, um fórum para os problemas gerais da comunidade. Presente também João Batista Xavier, técnico da Secretaria do Trabalho Ceaps, argumentando que a prática do Conselho é que deve nortear suas atividades, depois das formalidades de fundação. O conselho proposto tem caráter consultivo, sendo vedada a discussão político-partidária. Participaram, também, do encontro, o engenheiro José Maurício e o advogado Wandeir Maciel.

ANEXO K - Associação atreladas à Câmara Municipal. Folha de Ponte Nova. Ponte Nova: 11 mar. 1990, ano II, n. 62, p 03.

Associação atreladas à Câmara Municipal

"Ao invés de fiscalizarem o Executivo, os vereadores preferem atrelar as Associações à Câmara". O desabafo foi do Presidente da Associação do Bairro São Pedro - Zoca, depois da sessão de 05/03, quando o Legislativo rejeitou emenda que suprimia da Lei Orgânica a expressa obrigatoriedade de passagem, pela vereança, de todas as "reivindicações oficiais" de Associações e Entidades populares e de classe. Para Nilda Leite - da Associação do Santo Antônio, a emenda, de iniciativa de Olímpio Guilherme Toledo (PRN), constituiu "picui-nha" por causa da disputa de destaque no bairro. Os cinco, que votaram pela "obrigatoriedade - Olímpio, João Brant (Sem Partido), José Raimundo (PDT), Wilson Carvalho e Silva (PDS) e José Rubens (PMDB) - foram chamados de "fominhas".

"Mas nada impedirá que estejamos, quando quisermos, procurando o Prefeito", arriscou Sônia Guimarães, do Clube de Mães do Triângulo. Tanto ela quanto Sônia Penna - da Associação de Palmeiras - consideraram "autoritária" a colocação do vínculo de entidades à Câmara na Lei Orgânica. Diversas pessoas comentavam a disposição de buscar medida judicial para impedir a aplicação deste dispositivo. A Diretora do CEAPS - Consórcio de Entidades de Assistência e Promoção Social - Terezinha de Jesus Valle Alves Costa - chegou a gesticular e discutir durante a sessão com José Rubens Tavares. Antes, acenou negativamente quando Olímpio sustentava a emenda, alegando estar preocupado com a "união" do Legislativo e das Associações. Para Toledo, algumas entidades não querem a aproximação e "preferem desunir".

No final da reunião, Sônia Penna chegou a interpelar José Raimundo, que prometera votar com as entidades. Ele tentou se justificar, mas foi impedido: "Vocês prejudicaram o povo, a autonomia das entidades e a si próprios", garantiu ela. A revolta maior da platéia de dezenas de pessoas, inclusive representantes de sindicatos, clubes de serviços, movimentos de Igreja, ocorreu quando

Olímpio garantia estar sempre preocupado em ajudar a cidade e quando Rubens Tavares aproveitou o fato das entidades não terem obtido as 1.800 assinaturas necessárias para a emenda popular, para minimizar o esforço em torno da questão. "Se tivessem as três mil assinaturas obtidas pelos amigos do Rio Piranga contra o Garimpo, ainda vá lá, mas aqui só tem três associações discutindo", acusou José Rubens.

Geraldo Abdalla (PL), José Januário (PMDB) e José Bueno (PSDB) ainda defenderam a "autonomia" das associações, achando contraditório o vínculo, num tempo em que todas as Prefeituras buscam estimular a participação popular. Mas, concluída a votação, com apenas sete votos contra a obrigatoriedade - seriam necessários dez votos - Rubens Tavares voltou à carga na palavra livre. Ele acusou o Prefeito Bartolomeu de "patrocinar" discriminação no Pacheco, ao autorizar a Associação local a contratar 16 pessoas para capina das ruas: "A rua, onde eu moro - Rua Antônio Brant Ribeiro - ainda não foi capinada, intencionalmente", desabafou. Outro, que justificou a emenda, foi Wilson Carvalho. A seu ver, trata-se apenas de levar ao Legislativo os "atos oficiais e convênios" das Associações.

No meio da discussão, Geraldo Abdalla tocou na "ferida" de toda a polêmica: a Câmara tem a projeção dos dirigentes de entidades, que têm o direito inclusive de candidatar-se a cargos eletivos sem serem molestados. "Nós somos pagos para trabalhar e devemos ir de encontro às entidades e não exigir que elas venham até nós", disse ele. Rubens Tavares não viu motivo para discutir eventualmente candidatura de ninguém e alegou que os sete "a favor" da supressão da emenda - e que haviam votado com Olímpio no Primeiro Turno - foram "pressionados". Geraldo retrucou, para explicar como aconteceu no caso do Garimpo: a Câmara unanimemente voltou atrás, votando pela proibição e ninguém acusou qualquer pressão, embora houvesse um poderoso "lobby" de grupos e entidades nas últimas semanas.

nio
o e
inic
seri

ANEXO L - O movimento negro em Ponte Nova. **Folha de Ponte Nova**. Ponte Nova: 15 set. 1990, ano II. n. 89, (p.07).

O movimento negro em PN

Estiveram, na redação da FOLHA, Pedro da Gama Catarino, Adair Liberato Delfino e Mônica Messias de Castro, membros do Grupo Ganga Zumba e articuladores do Movimento Negro na cidade. Eles participaram recentemente do Encontro da Raça Negra, quando puderam fazer uma avaliação da situação do negro no Brasil e ainda articular o movimento pontenevense às iniciativas e entidades de abrangência regional e nacional.

Nos dias 25 e 26/08, Adair e Mônica participaram do Encontro de Agentes da Pastoral do Negro em Belo

Horizonte, onde debateram com representantes de outras regiões do Estado as dificuldades da caminhada do negro e puderam ainda trocar experiências a partir do conhecimento de outros agentes. De concreto, diz Adair, um trabalho com crianças deve iniciar-se ainda este ano no bairro Triângulo Novo, onde serão desenvolvidas atividades culturais da raça negra, procurando resgatar a cultura dos descendentes africanos. Por outro lado, o Encontro discutiu também o engajamento do negro na vida política. Por isso a Pastoral do Negro irá investir na formação po-

lítica dos seus membros.

Pedro Catarino participou, no período de 07 a 09/09, em Vitória (ES), do III Encontro de Entidades Negras da Região Sul-Sudeste. Segundo Catarino, o Encontro serviu para promover uma articulação melhor dos movimentos e ainda fazer uma análise de conjuntura da sociedade brasileira, focalizando a situação do negro no governo Collor. Além disso muitos outros assuntos foram discutidos, como, por exemplo, a esterilização de mulheres, proposta pelo deputado federal Nelson Seixas. Na avaliação dos negros esta medida fere totalmente o direito à vida. Outro grande momento do Encontro, garante Catarino, foi a discussão a respeito do extermínio de crianças, na maioria negras, na Baixada Fluminense. O Encontro abriu espaço também para um momento de mostra da cultura e artes da raça negra, enfatizando a necessidade de se buscar soluções para a valorização das manifestações folclóricas dos negros.

Segundo Pedro Catarino, o Encontro tirou um documento retratando a situação do negro no Brasil do presidente Collor. Os mineiros que participaram do Encontro, em número de aproximadamente 35 pessoas, realizaram nos dias 06 e 07/10 um Encontro de várias regiões do Estado. Pedro estará representando a Zona da Mata Norte.



Mônica, Adair
e Pedro
Catarino.

ANEXO M - Clube vê questão habitacional. **Folha de Ponte Nova**. Ponte Nova: 08 set. 1990, ano II, n.88. (capa).

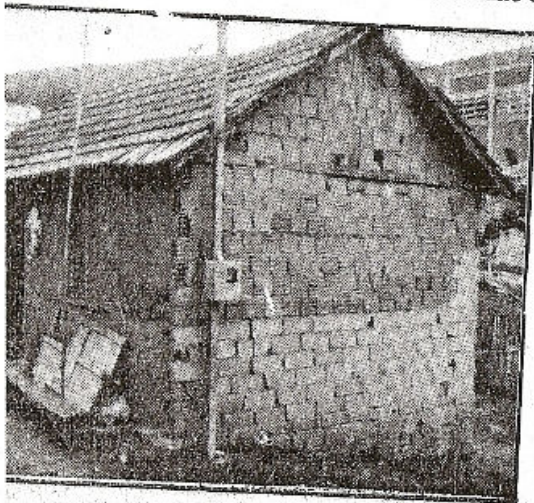
Clube vê questão habitacional

O Clube de Mães da Vila Oliveira empenhado em minimizar os problemas de habitação dos moradores do bairro, que se encontram em situação precária. Segundo membros do Clube, providências estão sendo tomadas das chuvas de verão. Caso contrário haverá acidentes fatais. No meio da semana passada, integrantes do Clube, Nair e Ana Gomes (d. Quintinha), que mora em uma pequena casa na av.

Custódio Silva, sem qualquer condição de moradia, o casebre, que é alugado, está prestes a cair, fazendo com que a proprietária do imóvel solicitasse a saída da inquilina, o mais urgente possível. O Clube de Mães já entrou em contato com a Secretaria de Saúde e Ação Social, que o autorizou a alugar uma outra casa. Mas está sendo difícil encontrar uma casa próxima ao bairro e em condições de receber d. Quintinha.

Não muito diferente é a situação

de Maria da Luz Silva Guimarães, residente na rua Pedro Nunes Pinheiro, que mora em uma casa com as paredes rachadas e o alicerce ruído. Segundo ela, a situação ficou difícil desde as enchentes de 1979, quando a sua casa caiu e outra teve de ser erguida com materiais conseguidos por amigos. De lá para cá, a situação ficou cada vez pior, chegando ao ponto em que está. A Prefeitura está sendo procurada para, junto com o Clube de Mães, arranjar uma solução para o problema.



Estas duas moradias estão em situação precária

ANEXO N - Clube das mães da Vila Oliveira faz mutirão para construir casas. **Folha de Ponte Nova.** Ponte Nova: 10 nov. 1990, ano II, n. 97. (p.07)

Clube de Mães da Vila Oliveira faz mutirão para construir c

O Clube de Mães da Vila Oliveira iniciou na semana passada, um regime de mutirão, a construção de uma casa na rua Pedro Nunes Pinheiro, para atender duas moradoras do bairro: Maria da Luz Silva Guimarães (Quita) e Izabel Gomes, ambas morando em condições precárias. Vejo reportagem na edição 88. O projeto da nova casa foi feito pelo arquiteto Geraldo Magela Machado, irmão o engenheiro Antônio Luiz Coelho (Tô) se responsabilizado pela obra. Ambos são membros da comunidade. Segundo a Diretora do Clube, a Prefeitura dará parte do material de construção e um mestre de obras para acompanhar o serviço.

Caberá à comunidade contribuir com a mão-de-obra e arrecadar a outra parte do material junto ao comércio e pessoas que queiram contribuir. O mutirão de moradores deve concentrar seu trabalho nos fins-de-semana, mas de maneira incisiva, visto que as moradoras necessitam urgentemente da casa. Trabalhos como este visam, segundo as diretoras do Clube, minimizar os problemas de moradia no bairro.

O Clube de Mães, juntamente com a Associação dos Moradores da Vila Oliveira, pretende iniciar uma campanha visando sensibilizar a Administração Municipal para a questão do ribeirão Vão-apu. No primeiro mo-

mento, a comunidade irá solicitar reafirmação imediata da obra, paralisada há quase dois meses. Segundo os moradores, a situação está se tornando insuportável, visto que o mau-cheiro e a grande quantidade de porcoiros têm importunado a população. A presença do inseto, culminado com a grande quantidade de lixo depositada no leito do ribeirão, tem causado doenças, principalmente nas crianças. Foram constatados casos de infecções intestinais, gripe e sarampo.

A moradora da rua desembargador Paula Mota, onde as obras estão paralisadas, esclareceu que não impede o prosseguimento da canalização, caso forme muita gente tem falado pelo

bairro. As obras, segundo ela, foram paralisadas por determinação da Prefeitura, fato que lhe está causando muitas complicações. Moradores desta mesma rua têm reclamado também da falta do caminhão de lixo. Eles afirmam que o veículo não tem passado, fazendo com que muitos joguem o lixo no próprio ribeirão. A falta d'água tem sido uma constante no bairro, afirmam as donas de casa. A situação piora no no verão, com o grande consumo causado pela piscina do Pontenovezes, causando a poluição.

A Diretora do Clube de Mães faz um apelo ao comércio e às pessoas em geral para que ajudem na construção das casas com materiais e mão-de-obra.



Os moradores da Vila denunciaram a FOLHA DE PONTE NOVA. A com os trabalhos de argumto de novas mo

OPINIÃO

O que faz a Pastoral da Juventude?

Essa pergunta vem sendo feita aqui e ali, numa verdadeira provocação aos dedicados jovens engajados na Pastoral. Os que assim questionam querem minimizar a Pastoral da Juventude, desestimular os jovens e, o que é terrível, começar sua atuação no

que o mundo é mundo. É o mesmo que dar liça para pedra. O inferno dos miseráveis é cada vez maior. Eu também asséto a doentes, compro remédios, dou cobertor, mas sei que não resolvo nenhum problema com isso.

Cantinho do macuco

* OBRAS E MELHORAMENTOS - Ainda neste mês de novembro, deverá ficar pronto o piso do salão de jogos, que será revestido de ardósia. Nova mesa de ping-pong será também adquirida e outros tipos de jogos para o lazer de nossos associados. O salão, onde funcionou o restaurante, será devidamente adaptado para sala de televisão. Já foi adquirido aparelho de TV, agora com recepção por antena parabólica e com total proteção contra roubo. O salão será dividido em duas partes: uma, com mesinhas e bancos de alvenaria, para

ANEXO O - Clube de Mães constrói casa. **Folha de Ponte Nova**. Ponte Nova: 08 dez. 1990, ano II, n.101. (p.05).

Clube de Mães constrói casa

O Clube de Mães da Vila Oliveira está buscando apoio para a construção de moradias para duas antigas moradoras - d. Quindinha (Maria Izabel Gomes) e d. Quita (Maria de Lourdes Silva). As casas onde elas moravam estavam em péssimo estado de conservação e, a partir da mobilização da comunidade, houve projeto para novas moradias conforme a FOLHA já divulgou em edições passadas. Mas faltam recursos para a compra de materiais de construção. Os interessados podem fazer contato com o Clube através de d. Nira (881-1399) e Ana Maria (881-3397).

ANEXO P - O manifesto dos sindicalistas de Ponte Nova à ministra do Trabalho. **Folha de Ponte Nova**. Ponte Nova: 05 fev. 1989, ano I n.07.

Domingo, 05 de Fevereiro de 1989

Folha de Ponte Nova

O manifesto dos sindicalistas de PN à ministra do Trabalho

Os sindicalistas ponte-novenses reunidos, decidiram por manifestar seu posicionamento de repúdio ao "Plano Verão" do Governo Sarney, entendendo que esta medida visa colocar, mais uma vez, o peso da crise sobre os ombros dos trabalhadores, privilegiando os setores que dominam a economia nacional.

Neste sentido, denunciam:

— As medidas, que visam combater a inflação com um arrocho salarial ainda maior que os produzidos pelos planos anteriores.

De saída o governo cofisca 15 dias da inflação de janeiro, que não serão considerados para os cálculos inflacionários bem como, a proibição de inclusão em laudo arbitral, convenções ou em acordos decorrentes de dissídio coletivo, cláusula de reposição salarial baseada em índice de preços anteriores a fevereiro de 1989, reposição esta já garantida aos trabalhadores, pela legislação anterior, por ocasião de sua data-base.

— O aumento de taxas de juros que restringe o consumo, só beneficia os banqueiros e os empresários especuladores.

— A falta de garantia de que,

de fato haverá punições, para aqueles que descumprem o "congelamento", apesar de entendermos que este "congelamento" foi realizado em cima de uma farsa. O próprio governo aumentou todas as tarifas públicas e antecipou ao setor privado, sinais de que esta medida seria tomada, contribuindo para uma pré-elevação dos preços das mercadorias e, ainda, cedendo às pressões, liberando preços de serviços e produtos.

— A transferência do IAPAS para o Ministério da Fazenda com possibilidades de desvio de verbas.

Os sindicalistas ponte-novenses entendem, também, que o momento é de crise aguda e que alguma medida teria de ser tomada contra a inflação, mas não podem aceitar que estas medidas discriminatórias venham trazer perdas sucessivas para os trabalhadores.

Para nós, o combate efetivo à inflação, deve ser através do enfrentamento das questões estruturais como a dívida externa, a especulação financeira e uma reforma agrária de caráter antilatifundiário, que viabilize sensivelmente a produção.

Reiteramos que o pagamento da dívida externa, a especulação financeira e a não adoção de uma Reforma Agrária plena, na verdade, representam uma sangria das riquezas produzidas pelos trabalhadores brasileiros, que deveriam ser utilizadas para melhorar as suas condições de vida, resgatando a dívida social acumulada nas últimas décadas, trazendo milhões de brasileiros marginalizados para o exercício pleno da cidadania, com garantia de alimentação, moradia, educação, emprego, saúde, transporte, justiça e bem-estar, através da aplicação de políticas definidas e efetivas.

Especialmente, no que diz respeito à microrregião do Vale do Piranga, os sindicalistas ponte-novenses denunciam:

— A falta de uma atuação efetiva da Subdelegacia do Trabalho, principalmente no que diz respeito à fiscalização do cumprimento das leis trabalhistas. Reivindicam ainda:

— Substituição e ampliação do quadro de fiscais;

— Viabilização de recursos pa-

ra aplicação em frentes de trabalho na entressafra, para os trabalhadores rurais;

— Substituição imediata da administração da Subdelegacia Regional do Trabalho em Ponte Nova;

— Que as administrações das Delegacias e Subdelegacias sejam exercidas por pessoas comprometidas com os mais reais interesses dos trabalhadores;

— Participação dos trabalhadores na administração da Previdência Social e em todos os órgãos que administram recursos para os quais contribuem, de acordo com compromissos, de campanha, assumido pelo governo atual.

Insistimos que os verdadeiros culpados pelo caos econômico, pela geração desta inflação — recorde na história — e outros desastres nas áreas sociais, sejam responsabilizados por esta conta, tirando o ônus dos trabalhadores.

Neste sentido esperamos de Vossa Ex.^{ta}, o atendimento das nossas reivindicações locais, bem como a definição do Ministério do Trabalho diante das questões nacionais aqui expostas.

ANEXO Q - Em Ponte Nova preparativos para a greve geral. **Folha de Ponte Nova.** Ponte Nova: ano I n. 08 19 fev. 1989.

Em PN, preparativos para a greve geral

Desde a semana passada entidades sindicais e partidos políticos de Ponte Nova começaram a discutir a movimentação pela greve geral contra as perdas salariais provocadas pelo Plano Verão, marcada para os dias 14 e 15/3. Em 1/3, haverá o Dia Nacional de Mobilização para a Greve, definido pela CUT - Central Única dos Trabalhadores e

CGT - Central Geral dos Trabalhadores.

Nesta edição publicamos posição do Sindicato dos Ferroviários, do PC do B e do PT ponte-novense condenando o Plano Verão. Os partidos iniciam também, debate sobre a sucessão presidencial e apóiam incondicionalmente a paralisação.

ANEXO R - Ponte Nova enterra Sarney. **Folha de Ponte Nova**. Ponte Nova: 19 mar. 1989, ano I n. 12.

PN enterra Sarney

Quando fechávamos esta edição da FOLHA, mais de cinquenta pessoas, representando diversas entidades sindicais e comunitárias reuniam-se no Salão Paroquial, da Matriz de São Sebastião para, na noite de 13/3/89, preparar as manifestações da Greve Geral, marcada para os dois dias seguintes em todo o país, em protesto contra o Plano Verão. A previsão era de atos públicos em 14 e 15/3/89, na Praça de Palmeiras. Na quarta, esperava-se o "enterro do Presidente Sarney e ênfase para as perdas salariais com a política econômica do governo federal. A expectativa era de paralisação em diversas categorias".

Durante os dias que antecederam a greve, foi distribuído na cidade um

boletim no qual representantes dos bancários, professores, servidores municipais, papeleiros, trabalhadores na construção civil, motoristas, trabalhadores rurais, Ute, Assemi, mais PT e PC do B, protestavam contra o "Pacote" que provoca perdas salariais. Apoiado a partir de 13/3/89 pelos servidores da Saúde, CEBs, Diretório Acadêmico-Fach, Associação de Mulheres e algumas associações de moradores, o manifesto vê os assalariados traídos pelo congelamento de salário numa média inferior a 1985, "enquanto os principais preços foram congelados no pico, inclusive tarifas públicas". O movimento aproveitava para reivindicar o não pagamento da dívida externa e a reforma agrária.

ANEXO S - Trabalhadores em greve contra Plano fazem reivindicações. **Folha de Ponte Nova**. Ponte Nova: mar. 1989, ano I n.13. (capa).

Trabalhadores em greve contra Plano fazem reivindicações

Durante os dois dias de greve geral, a fábrica de papel da Cibrap e a São Jorge Auto Ônibus estiveram paralisadas por papeleiros e motoristas, que aproveitaram o protesto nacional contra o Plano Verão para desencadear movimentos reivindicatórios e tentar negociação salarial com seus patrões, em nossa cidade. Se os empregados da Fábrica concluíram o movimento pacífico na tarde de 15/3, com poucos incidentes com a PM e seguranças da empresa, houve por outro lado, tumulto na greve dos rodoviários em 16/3, quando os ônibus começaram a circular, já à tarde, com motoristas recrutados pela empresa ou alguns que retornaram ao trabalho.

Três ônibus foram apedrejados na cidade, sendo um com pneus furados. A PM espalhou-se pelas avenidas principais, efetuando detenções de Adão Bosco Luiz, José Dias Silva e Honório Joel dos Anjos, este último diretor do sindicato. Os três foram demitidos pela São Jorge, que, até o fechamento desta edição havia suspenso outros 15 empregados pela greve, enquanto aguarda-se resultado do pedido de aumento da tarifa (30%) para conceder reajuste de NCz\$ 97,00 para NCz\$ 145,00. "Nós não aceitamos essa proposta", dizia na semana passada o presidente Darci Lanna Sette, que previa ajuizamento de Dissídio Coletivo, depois da assembleia prevista para 23/3.

A despeito dos incidentes, todos os dirigentes sindicais e de partidos (PT e PC do B) que apoiaram a movimentação na cidade (inclusive com paralisação parcial em escolas públicas



Sob fina chuva, o enterro de Sarney



Na portaria da Fábrica, sucesso da greve

e greve de grande número de trabalhadores rurais) vieram vitória na manifestação, principalmente pela paralisação inédita na fábrica de papel. Na avaliação do começo da greve, integrado por sindicalistas de diver-

sas categorias, a organização de sindicatos na Cibrap e na São Jorge vem sendo essencial para o encaminhamento de movimentos reivindicatórios. Veja em página interna mais notícias do movimento.

ANEXO T - Servidores municipais em greve: salários atrasados. **Folha de Ponte Nova**. Ponte Nova: 24 dez. 1988, ano I, n.1, (capa).

Servidores Municipais em greve: salários atrasados

Até o fechamento desta edição prosseguia a greve parcial dos servidores municipais de nossa cidade, iniciada em 16/12 por causa de atrasos salariais. O movimento que não contou com a adesão do operariado, pois em 16/12 foi pago o 13º salário e os vencimentos de novembro provocou interdição da entrada principal da Prefeitura em 19/12, com vaia a quem quisesse trabalhar, inclusive para a Chefe de Gabinete e esposa do Prefeito, Nidia Sette de Barros.

Animada com palmas e música, a paralisação foi acompanhada à distância por cerca de dez policiais militares e muitos curiosos. Pelos cálculos do comando de greve, cruzaram os braços cerca de 150 profissionais municipais (receberam outubro em 16/11 e cobram o 13º e o salário de novembro) e mais de cem funcionários da Administração (cobram 13º e o mês de novembro). O Prefeito Sette de Barros não se manifestou publicamente sobre a greve.

Em 19/12 ele disse em entrevista à Rádio Visão, que, tendo origem trabalhista, vê com legitimidade o direito de greve, mas, por outro lado, conclamava o funcionalismo a aguardar as negociações, propondo espera até 15/11. Num encontro entre o assessor de imprensa, Ricardo Motta e o diretor do DE-MEC, Padre Ademir Ragazzi, representantes dos funcionários, tendo à frente Jefferson Gomes Ferreira, foi acatada a proposta de adiamento da paralisação para depois de 15/11, quando o Executivo esperava poder atualizar em boa parte a folha de pagamento municipal, extraoficialmente orçada em mais de Cz\$ 100 milhões.

Mas os servidores (exceto o operariado, mais de 400 pessoas não tiveram atualização de salários e foram à greve em 16 e em 19/12, tornando parcial o movimento.

"Aliás, aceito a reivindicação do professorado, mas acho que o funcionalismo com a liderança de Jefferson e a presença da Ester Guimarães, da Associação do Magistério, estão "fazendo média" com o próximo prefeito. Antônio Bartolomeu", disse à FOLHA Ricardo Motta, no fim da tarde de 19/12.

De sua parte, os grevistas asseguravam não haver caráter partidário na paralisação. E não aceitaram os termos da negociação ocorrida naquela data na Subdelegacia Regional do Trabalho, através do inspetor Ovídio Duarte Nunes. O representante da Prefeitura, advogado Francisco Rodrigues da Cunha, propôs atualização de vencimentos provavelmente em 28/11, desde que todos votem ao trabalho. Ester e Jefferson levaram esta informação para os grevistas que saíram da reunião da Câmara e a greve foi mantida.

Veja em página interna a repercussão do movimento na Câmara. Surgiram duras críticas à Administração. E o Prefeito Municipal mandou para discussão e aprovação projetos atendendo em parte os servidores: implantação do vale-transporte, reajuste de 150% no salarial, retroativo a 1/12.

ANEXO U - Sette propõe 150% para funcionalismo, mais vale transporte e anistia do IPTU.”
Folha de Ponte Nova. Ponte Nova: 24 dez. 1988, ano I n.1 (capa);

Sette propõe 150% para funcionalismo, mais vale transporte e anistia do IPTU

Devem ser votados na sessão de 26/12 da Câmara, diversos projetos encaminhados pelo Prefeito Sette de Barros, na semana passada, provocando já na apresentação, críticas de alguns vereadores.

Além de matéria instituindo o Imposto sobre Venda de Combustíveis - previsto na nova Constituinte, Sette quer anistiar do IPTU - Imposto Predial, Territorial Urbano - todos os contribuintes. E oferece 150% de reajuste para os servidores municipais, além de projetar a instituição do Vale Transporte para o funcionalismo da Prefeitura.

O Chefe do Executivo argumenta que, com orçamento de 5,1 bilhões para 1989, a cidade tem “condições invejáveis” na área financeira, podendo beneficiar os contribuintes de forma geral com a isenção, como forma de atender aos “anseios populares”. Quanto ao reajuste salarial, o Prefeito argumenta que é necessário por causa dos “transtornos e dificuldades pelas quais passam os servidores

municipais, com vencimentos defasados”.

VEREADORES REAGEM

Enquanto os funcionários em greve comentaram durante a sessão da Câmara de 19/12, que o aumento pode dobrar os salários dos “marajás” (veja nesta página) já corrigidos em 100% por Sette de Barros, alguns vereadores protestaram contra a iniciativa. Walter Isaac (PMDB) depois de condenar o atraso no envio de projetos viu “a má fé na apresentação de reajuste e isenção no “apagar de luzes da atual administração”. Para Guilherme Saporetto (PMDB) Sette tenta inviabilizar a futura administração.

Mais enfático, Tarcísio de Castro (PFL) considerou “estarecedor o término do governo Sette de Barros. A seu ver, o prefeito busca dificultar a administração de Antônio Bartolomeu, depois de sua “administração popular” ter sido caracterizada por “inércia e incompetência no trato da coisa pública”. Nenhum vereador da ala do Prefeito, que tem maioria na Câmara, se manifestou sobre o assunto.

ANEXO V - Na Câmara, apoio à greve e denúncias contra “marajás” **Folha de Ponte Nova.**
25 dez. 1988, ano I n.01 p.05.

Na Câmara, apoio à greve e denúncia contra “marajás”

Diversos vereadores se manifestaram na sessão de 19/12 da Câmara, à respeito da greve dos servidores municipais, iniciada em 16/12. O primeiro foi Walter Issac (PMDB), denunciando os grevistas, condenando a Administração Sette de Barros. Interpelado por Nelson Mendes (PMDB) resistiu mas trouxe a lista de nomes de altos funcionários, divulgada pelo comando da greve, como sendo os “marajás” da Prefeitura, que tiveram seus vencimentos majorados em 100% recentemente, e certamente, podem ser beneficiados com os 130% agora propostos em projeto do Executivo.

Os nomes e salários são: Nidia Sette de Barros (Chefe de Gabinete) Cr\$842 mil; Wilson Antunes (diretor do DMAES), Cr\$537 mil; Ricardo Mota (assessor de imprensa), Cr\$477 mil; Francisco Rodrigues da Cunha (assessor jurídico), Cr\$608 mil; Nedy e Nancy Góes (Fazenda e Administração) com Cr\$560 mil e Cr\$537 mil, respectivamente; Márcio Barros (páteo) Cr\$608 mil; Alberto Kalfouni (Secretário de Fazenda), Cr\$608 mil; Walter Carvalho e Silva (Expediente) Cr\$537 mil; Paulo Ademar Rozante (Diretor de Democ) Cr\$608 mil; João Paulo Emanuel de



Os grevistas acompanharam toda a sessão da Câmara

Brito (Secretário de Bem-Estar Social) Cr\$608 mil; Luiz Eustáquio Linhares (Chefe do Samdu), Cr\$608 mil; e José Expedito Sales (Páteo-compras) Cr\$477 mil.

De sua parte, Antônio César (PT) denunciou o “protecionismo” para com altos assessores e “discriminação” para com a maioria dos servidores, que precisam recorrer à greve para ter pagamento

to em dia. Ele denunciou, por outro lado, a contratação de dezenas de funcionários depois das eleições, “inchando a máquina com os cabos eleitorais” recrutados até 15/11. E concluiu exortando o funcionalismo e apropriar-se da experiência da greve para a formação de seu sindicato. Ele lembrou que a categoria, com solidariedade do PT, deve estar organizada para enfrentar este e o próximo Prefeito.

Também solidário à paralisação dos servidores, Guilherme Saporetti protestou inclusive contra a presença ostensiva de policiais militares na praça e na Câmara, acompanhando os grevistas. Tarcísio de Castro, lembrando os “desmandos que se seguiram ao longo dos anos, lembrou que Antônio Bartolomeu, ao deixar a Administração, em 1982, não deixou salários atrasados.

O assessor de imprensa da Prefeitura, Ricardo Mota, admitiu à Folha o reajuste para chefes de departamento. Por outro lado, considerou que Sette espera receber verba até 28/12, deixando para o próximo prefeito apenas o atrasado de novembro do professorado.

ANEXO W - Retirado projeto de reajuste. Decreto aumenta IPTU em 625%. **Folha de Ponte Nova**. Ponte Nova: 08 jan. 1989, ano I, n. 03, p. 09.

Retirado projeto de reajuste. Decreto aumenta IPTU em 625%

O ex-prefeito de Sette de Barros retirou de tramitação na Câmara Municipal, logo depois do Natal, o projeto que aumentava em 150% os salários do funcionalismo municipal no seu fim de mandato, que estava sendo visto como forma de tentar "desestabilizar" a nova administração. Retirou também o projeto que previa isenção de IPTU para todos os contribuintes, e, paralelamente, assinou um decreto corrigindo aquele imposto em 625% para 1989.

Falando à Rádio Visão em 30/12, Sette afirmou que decidiu retirar a matéria com aumento salarial porque, revendo o orçamento municipal para 89, notou que poderia "onerar excessivamente" a Administração futura. Nos bastidores, os comentários de fim-de-ano davam conta de que houve a retirada em função da greve do funcionalismo, combatida pelo ex-prefeito, que alegava incompreensão para com a falta de dinheiro nos cofres públicos.

ANEXO X - Funcionalismo municipal estuda reivindicações. **Folha de Ponte Nova.** Ponte Nova: 05 fev. 1989, ano I n.07.

Funcionalismo municipal estuda reivindicações

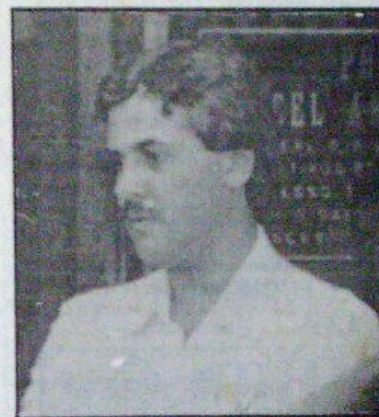
Até o fechamento desta edição, em 31/1, ainda não havia sido divulgada a pauta de reivindicação dos funcionários municipais, a ser discutida na assembléia realizada em 2/2, no salão paroquial da Matriz de São Sebastião.

Todavia, a FOLHA apurava, no começo da semana, que a direção provisória do Sindicato da categoria iria orientar seus associados na cobrança junto ao Executivo Municipal, de informações sobre contratação de pessoal sem concurso e demissões desde meados de janeiro. Pela Rádio Visão, o Secretário Luiz Eustáquio Linhares dis-

se, em 27/1 que não há posição oficial de entidade quanto à nova administração municipal, nem contra nem a favor.

“Mas não hesitaremos em defender os interesses legítimos dos nossos associados.”

Na assembléia, os servidores certamente foram clamados a uma campanha de sindicalização, tomando conhecimento do processo de organização da entidade. O funcionalismo, que fez greve nas últimas semanas de dezembro, deve começar a discutir sua primeira campanha reivindicatória junto ao novo prefeito. Oficiosamente, sa-



Linhares foi um dos exonerados na Prefeitura.

bia-se que o sindicato requisitaria espaço no grupo de trabalho que deve elaborar o Plano de Cargos e salários da municipalidade.

ANEXO Y - Servidores reivindicam. Iniciado plano de cargos e salários." **Folha de Ponte Nova.** Ponte Nova: 19 fev. 1989, ano I n. 08.

Servidores reivindicam. Iniciado plano de cargos e salários

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais e Autarquias de Ponte Nova divulgou na semana passada, a pauta de reivindicações encaminhada ao Prefeito Antônio Bartolomeu, a partir da assembléia realizada no Salão Paroquial da Matriz de São Sebastião, na noite de 2/2. Em 13/2, o presidente da diretoria provisória, Carlos Augusto Martins, informou que foram enviados ofícios reivindicando participação da instituição recém-criada na elaboração do Plano de Cargos e Salários da Administração Municipal, que desde aquela data tem uma comissão nomeada pelo Chefe do Executivo para os trabalhos iniciais. O grupo é formado pelo Chefe de Gabinete, Tarcísio de Castro, Secretário de Fazenda, Mauro Moreira dos Santos, Assessor Especial, José de Souza Mota e Diretora de Administração Lola Dias.

Além da participação no Plano, os servidores querem liberação dos dirigentes sindicais, licença para participação no Congresso Sindical Classista, marcado para os dias 25, 26 e 27/2, no Rio de Janeiro, além de participação no Conselho Deliberativo do DMAES. Prevenido a data base para negociações em 1/2, o Sindicato inicia uma campanha de sindicalização. Paralelamente mobiliza-se para acompanhar as demissões em andamento, requerendo pagamento mensal até o último dia útil do mês, aviso de férias, vale transporte, auxílio creche e homologação de rescisões contratuais no Sindicato.

Reivindicam ainda 10% de insalubridade para funcionários do setor de bombeamento d'água do DMAES, limpeza urbana, operador de computador, departamento de obras, arquivo e professorado. A entidade quer

lanche diário para o funcionalismo e espaço físico para afixação de notícias sindicais nos departamentos da municipalidade.

PLANO — Segundo o chefe de gabinete, Tarcísio de Castro, uma comissão nomeada pelo Prefeito começa a trabalhar na elaboração do Plano de Cargos e Salários. Tanto ele quanto o assessor José de Souza Mota adiantaram que "no momento oportuno" os servidores serão chamados a discutir a proposta, a qual vem contando com assessoria direta da SUPAM — Superintendência de Articulação com os Municípios, do governo do Estado. Mas a efetivação do Plano dependerá de levantamentos feitos acerca do funcionalismo. E aguarda-se que, conforme preceito constitucional, seja legalizado nacionalmente o regime jurídico único para nortear política de pessoal.

ANEXO Z - Sindserp divulga nota de esclarecimento ao público. **Folha de Ponte Nova.**
Ponte Nova: ano I n°20 14 maio 1989 (p.05).

SINDSERP divulga nota de esclarecimento ao público

Aconteceu não acontecendo, na sessão da Câmara, de 8/05, o pronunciamento, na Tribuna Livre, do Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais e Autarquias de Ponte Nova, dr. Luiz Eustáquio Licheres. Anteriormente à reunião, porém, o Sindicato divulgava à imprensa nota de "esclarecimento do público", a qual divulgamos na íntegra:

"A Diretoria do SINDSERP discorda do Senhor Prefeito em suas afirmações sobre a legali-

dade do Sindicato dos Servidores públicos Municipais e Autarquias de Ponte Nova, em entrevista dada à Folha de Ponte Nova, em 30/04/89.

Cumpriram-se todas as exigências legais para formação do SINDSERP, cuja documentação encontra-se em nosso poder. Quanto ao fato da Administração Municipal "não se dar por satisfeita", está escrito na nova Constituição, claramente, que, para sua existência, o Sindicato não necessita de aprovação ou

reconhecimento do empregador e sim apenas o desejo dos trabalhadores, o que está caracterizado nos mais de 400 sócios do SINDSERP nestes poucos meses de existência.

O que realmente deixa a Administração Municipal insatisfeita é a atuação do SINDSERP, que vem agindo atentamente, no sentido de cobrar dela o cumprimento das Leis que beneficiam aos servidores (insalubridade, segurança no trabalho, CIPA, melhoria de condições de trabalho, salários dignos, creches, vale-transporte, data-base para negociação de salários, funcionamento eficiente da vaca mecânica, DAM e gabinete dentário, etc.).

Causa-nos ainda estranheza a Administração Municipal afirmar que demitiu o Presidente do SINDSERP por motivos administrativos e não políticos, esquivando-se de assumir a responsabilidade por esta medida repressiva e ilegal. Mesmo porque o servidor sr. Carlos Augusto Martins César possui diversas qualificações profissionais inerentes ao cargo que ocupa (Assistente de Secretaria, nas funções de redator, elaboração de Leis, Decretos, Portarias, Ofícios em geral e etc.) e que nenhum funcionário atual do gabinete possui, o que torna imprecendente a alegação de que trata-se de "Funcionário ocioso". Medidas legais para a reintegração do nosso Presidente encontram-se em andamento".



rota
CONCESSIONÁRIA
MOTOVESPA

Procura-se
Moto usada

Honda ou Yamaha, a partir de 1980. Gratifica-se bem, pelo melhor preço à vista de Minas Gerais. Buscamos no Local. Ligue já, a cobrar: (031) 286-1517

ROTA MOTOS - Rua Guajajaras, 618 - Centro-Belo Horizonte
CEP 30180

COMARCA DE PONTE NOVA - ESTADO DE MINAS GERAIS
EDITAL DE PRAÇA - PRAZO DE 10 DIAS

O DOUTOR MAURILIO DINIZ, MM. JUI DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA, DESTA COMARCA DE PONTE NOVA, ESTADO DE MINAS GERAIS, NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento, que no dia 23 de maio de 1989, às 10:30 horas, será levado à público conhecimento de venda e arrematação, e quem mais ler e maior lance oferecer acima do valor da dívida equivalente a R\$ 376.976,00 (trezentos e setenta e seis mil e novecentos e setenta e seis reais), o imóvel pertencente a ADILSON ALVES PEREIRA e a TEREZINHA DE JESUS SANTOS PEREIRA, brasileiros, casados, ele residente nesta cidade, na ação de execução movida pelo Caixa Econômica Federal - nº 10.000 de 1989, movida pelo

COMARCA DE PONTE NOVA - ESTADO DE MINAS GERAIS

SEGUNDO PÚBLICO LEILÃO

DIA: 02/06/89, às 11:00 horas SED 20964

LOCAL: Diante da Ag. Minas/ Caixa de Ponte Nova/MG

MARIA ELIZABETH DE CARVALHO RUISSO, leiloeira oficial, estabelecida à Praça Francisco Luiz do Drama, 27 - Santo Antônio de Gramma/MG.

FAZ SABER que, devidamente autorizado pelo Agente Fiscalário do S.F.H., venderei, na forma da Lei (Decreto-lei nº 79, de 21/11/66 e regulamentação complementar - RC-58/67, RC-24/66, RD-08/70 e CPG-10/77) em segundo e último leilão, no dia, hora e local acima referidos, o imóvel aliante descrito para pagamento de dívida hipotecária em favor da CAIXA ECONÔMICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Imóvel de propriedade de MARIA TEREZA DE OLIVEIRA, e seu esposo sr. Cassio de Souza, conforme se descreve a caracterizar parte do lote de terreno 21, da quadra 01, medindo 10,00m de frente, 20,00 de extensão, 10,00m de fundo e 10,00m de área